

**Entre a virtude, o dever e a vocação:  
a construção de noções de ética e moral no jornalismo impresso**

*Between virtue, duty and vocation:  
The construction of notions of ethics and morals in printed journalism*

Giovanni SÁ<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este trabalho apresenta como os principais jornais paraibanos construíram noções de ética na política durante a cobertura eleitoral de 2014. Nos dedicamos a examinar os componentes da eticidade como interpretada por Aristóteles (2004), Kant (2007) e Max Weber (2013), levando em conta a forma como o discurso político é permeado pelos aspectos filosófico e sociocultural, bem como as perspectivas que englobam o imaginário sobre a ética na política. Para isso, foram selecionadas cinco reportagens, sendo duas do jornal Correio da Paraíba e três do Jornal da Paraíba publicadas em setembro de 2014. A ética, intrínseca ao processo político, ganha relevância neste estudo para a compreensão das lógicas comportamentais de convivência prática, construção e desconstrução de imagens, discursos e identidades perante os eleitores.

**Palavras-chave:** Discurso político. Ética. Jornalismo.

## **Abstract**

This paper presents how the main Paraíbaan newspapers constructed notions of ethics in politics during the 2014 electoral coverage. We focus on the components of ethics as interpreted by Aristotle (2004), Kant (2007) and Max Weber (2013). tells how the political discourse is permeated by the philosophical and sociocultural aspects, as well as the perspectives that encompass the imaginary about ethics in politics. For that, five articles were selected, two from the Correio da Paraíba newspaper and three from the Jornal da Paraíba, published in September 2014. Ethics, intrinsic to the political process, is gaining relevance in this study for understanding the behavioral logics of practical coexistence, construction and deconstruction of images, speeches and identities before voters

**Keywords:** Political speech. Ethic. Journalism.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Paraíba/PPGS. Mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas pelo PPGCOM/UFPB. E-mail: Giovannialvesduarte@gmail.com

## Introdução

Em um momento tão delicado da política brasileira envolvendo partidos e figuras públicas em escândalos de corrupção, refletir sobre ética se torna cada vez mais imperativo. A análise do jornalismo político, dentro dessa perspectiva, pode ser um dos mecanismos para estimular essa discussão. Mas o discurso sobre ética na política tem servido de base para estimular um controverso debate na agenda midiática, fato que ainda parecem opacas as interpretações e os anseios que os termos ética ou moral podem evocar.

Compreender a noção de *ethos* como mecanismo do discurso político para chegar a um fim, no caso o poder, é entender que a ética está intrínseca ao processo político a qual serve de bússola comportamental de convivência prática na construção e desconstrução de imagens, discursos e identidades perante os eleitores. Neste sentido, o debate sobre a ética a partir dos códigos da imprensa pode ser norteador de caminhos rumo ao aprimoramento social, especialmente, através da compreensão sobre a intensa batalha de sentidos e representações próprias do jornalismo político, o qual compartilha visões de mundo e valores morais capazes de afetar e influenciar uma campanha eleitoral.

Nesta análise, o discurso político enquadrado na plataforma dos jornais traz consigo, implicitamente, uma rica base filosófica, histórica e social que transforma um conceito aparentemente engessado como a ética, num mosaico de perspectivas conceituais e práticas referentes à ação política. É dessa possibilidade de ressignificação que trata este artigo. Para chegarmos a tal afirmação, nos dedicamos a examinar os componentes da eticidade como interpretada por Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C), Immanuel Kant (1740-1804 d. C) e Max Weber (1864-1920 d. C), que nos ajudaram a decifrar a forma como o discurso político é permeado pelo aspecto filosófico, sociocultural e também por construções que englobam imaginários sobre a conduta ética no fazer político.

É importante refletir como se dá esse processo enquanto mecanismo de representação da vida cotidiana, bem como suas estratégias de enquadramento e montagem de máscaras sociais. Charaudeau (2013, p.7) reflete que, no discurso político

a noção de máscara atua quando simula a realidade fornecendo “uma imagem diversa da que está escondida, sendo símbolo da identificação a ponto de nela se confundirem o ser e o parecer”. É, pois, nessa noção de máscara presente na construção do *ethos* político que se encontram as estratégias implícitas de construção de imaginários éticos durante uma eleição.

À guisa de adaptação dos resultados presentes em pesquisa de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFPB, para este formato, escolhemos apresentar uma amostra de análise onde identificamos uma disputa entre a ética clássica e a ética moderna nos discursos dos candidatos ao cargo de governador da Paraíba, tendo como foco o estudo do *ethos* político dois principais postulantes, Ricardo Coutinho (PSB), que buscava a reeleição, e Cássio Cunha Lima (PSDB).

Para tanto, realizamos o recorte do objeto mediante a clipagem de cinco matérias publicadas em setembro de 2014 nos jornais Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba, período que marcou o término do primeiro turno do processo eleitoral no estado. A opção por este feixe temporal se justifica pela importância que os jornais assumiram durante este período inaugurando as primeiras estratégias ético-discursivas dos candidatos, quando houve um maior acirramento dos debates devido à proximidade do dia das eleições. Para esta análise, restringimos a coleta de discursos veiculados no gênero notícia no caderno de política dos dois jornais.

## **Ética e moral**

O termo “ético” vem do grego *ethos*, que se tornou *ethica* em latim. Em grego significa “costume” e também “caráter”, dependendo da maneira em que a palavra for pronunciada naquele idioma. Segundo Costa (2013), a ética é considerada uma ciência da conduta, pois trata dos conceitos que envolvem o raciocínio prático, como o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade e, essencialmente, a escolha. É a ética, pois, estuda a moral.

Esse termo vem do latim *moralis* ou *moris*, que também se refere aos costumes dos homens, ou seja, sobre as nossas formas de agir e pensar. No entanto, “a moral em geral é restringida a sistemas como o de Kant – que se baseia em noções de dever, obrigação

e princípios de conduta, enquanto a ética se limita ao raciocínio prático” (COSTA, 2009, p. 20). Neste sentido, a moral estaria dentro dos estudos da ética suspensa num mundo de normas coletivas, passando a ser percebida como um sistema de regras comuns a todos os homens, sendo a ética aplicada à nossa individualidade.

É com base nessa subjetividade moral, como demonstra Chauí (2006, p. 306), que nossa existência ética se define por meio de sentimentos e ações que dependem de nós mesmos e que “nascem de nossa capacidade de avaliar” determinada situação que a vida nos apresenta e onde não somos influenciados ou obrigados pelos outros. Esta noção fortalece o entendimento da ética enquanto formadora de um senso moral prático e uma consciência moral intersubjetiva.

Ou seja, que envolve a nossa própria visão de mundo perante os problemas da vida, nos ajudando, como explana Chauí (2006), a decidir sobre assuntos relacionados a valores pessoais aplicados ao dia a dia, avaliando sentimentos e ações sobre bem e mal, desde à noção íntima de felicidade até o exercício da liberdade. Mas, por sua vez, somos também, influenciados por valores impostos socialmente, ou seja, por um juízo de valor coletivo, mantenedor das ações sociais que oferecem uma espécie de guia moral para que consigamos viver bem entre si e respeitando a existência ética de cada um.

São estes juízos normativos, como explica Chauí, que dizem como devem ser os bons sentimentos praticados em sociedade, influenciando o nosso comportamento. “São por isso, juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto. (...) dizem o que são o bem, o mal, a liberdade e a felicidade” (CHAUÍ, 2006, p. 307).

A moral estaria, portanto, dentro dos estudos da ética suspensa num mundo de normas, passando a ser percebida como um sistema de regras comuns. Dessa maneira, a ética então se amalgamou à aplicação das regras a cada individualidade e, ao longo da história da conduta humana, ela foi investigada por diversos prismas de conhecimento. Três deles veremos agora.

## **A virtude aristotélica**

A ética aristotélica está ligada intimamente à ideia de “cosmos” (que em grego quer dizer harmonia). Este pensador encara o universo de forma ordenada e em

harmônica, baseado numa lógica natural das coisas, onde cada homem e cada coisa existe para uma finalidade na vida, isto é, para cumprir uma função no universo. Em *Ética à Nicômaco* (2004), Aristóteles encara que a força ordenadora da natureza em nossas vidas nos ajuda a encontrar a razão pela qual existimos virtuosamente.

Neste sentido, cada ser humano nasce com aptidões para assumir um lugar no mundo, isto é, agindo em função de uma atividade a qual a força da Natureza nos reservou cabendo a nós, guiados pela razão, escolher, conscientemente, seguir ou rejeitar o “chamado cósmico”. Seria este, pois, o caminho para sermos realmente felizes. Renegar aquilo para o que nascemos, na visão de Aristóteles, é renegar uma vida ética, virtuosa e plena, vendo que só dessa maneira o universo pode entrar realmente em harmonia.

“Assim como não se poderia, sem dano, trocar um fígado por um rim, cada um, no espaço social, deve encontrar seu lugar e se manter nele, sem o que o juiz deverá intervir para restabelecer a ordem harmoniosa do mundo (FERRY, 2006, p. 89). Nesta perspectiva, o pensador diz que a função do homem dentro desse jogo cósmico é pautar-se na busca da razão e viver de acordo com esse princípio em busca da felicidade. “Em outras palavras, quando o curso de uma realidade segue leis universais não há porque nem deliberar e escolher pois as coisas acontecerão tais como as leis que as regem determinam que devam acontecer (CHAUÍ, 2006, p. 312).

O filósofo reconhece, no entanto, que os homens são superiores e inferiores entre si, ou seja, cada um apresenta qualidades diferentes para executar a mesma coisa, por exemplo. Neste sentido, ao longo de nossas vidas, vivemos oportunidades para que possamos descobrir onde nos “encaixamos” no ordenamento universal, por meio de uma finalidade. Para Aristóteles, podemos conseguir isso por meio da aplicabilidade dos nossos talentos, ou seja, da chance para deliberarmos racionalmente sobre como agir na direção que o cosmos nos indica, nos ajudando a encontrar o que o pensador denominou de eudaimonia (prazer/bem estar) de viver daquele modo. Aristóteles, portanto, “denuncia a ilusão daqueles que julgam o mundo mau, feio ou desordenado, porque só olham para o detalhe, sem chegar a uma inteligência conveniente da totalidade” (FERRY, 2006, p. 23).

O filósofo, pois, refletiu que, dentro deste ordenamento natural das coisas e dos homens a virtude está latente em nosso íntimo, guardada potencialmente dentro do

âmbito social à espera da ação. Sem a ação, pois, nunca seremos virtuosos. Dessa forma, quando nos tornamos virtuosos, atendemos ao chamado das nossas aptidões práticas. A virtude então não está em oposição à natureza, mas, ao contrário, não é senão uma atualização bem-sucedida das disposições naturais das pessoas, uma passagem da potência ao ato (FERRY, 2006).

O pensador grego divide a virtude em duas partes, levando em conta que existe no seio racional do homem as paixões e ações concretas do mundo de um lado, e a busca natural pelo conhecimento/verdade, de outro. Dessa forma definiu que a razão humana está separada entre a virtude moral (bom comportamento do homem diante das próprias ações e paixões, desejos) e a virtude intelectual (a nossa boa disposição na busca pela verdade e a essência humana).

Nos detendo à virtude moral, Aristóteles diz que essa tem a ver com a forma como vamos lidar com as nossas próprias paixões, desejos e apetites. Dessa forma, a moral trata das ações humanas e de certas ações consideradas voluntárias, mais especificamente as que partem da escolha. Por isso, classifica que o objeto do desejo racional, que caracteriza a nossa escolha, é a finalidade de atingir um bem. O homem virtuoso é aquele que submete seus apetites à razão, independente dele ceder às “tentações” ou não. E nós só nos tornamos bons quando agimos bem e a virtude moral guia o corpo (ações) neste sentido.

Esse bem realizável de que fala Aristóteles tem uma “fórmula”: significa sempre buscar um “meio termo” para as nossas atitudes e paixões, guiando-se pelo caminho da prudência e da moderação, sem enveredar pelo excesso ou pela falta. Para o pensador, “o prudente é aquele que, em todas as situações, é capaz de julgar e avaliar qual a atitude e qual a ação que melhor realizarão a finalidade ética, ou seja, entre as várias escolhas possíveis a mais adequada para que o agente possa ser virtuoso” (CHAUÍ, 2006, p. 312), dessa maneira, fazendo o que é bom para si e para os outros.

A virtude moral em Aristóteles é aprendida pelo hábito (*habitus*). Isto é, agindo cotidianamente através de atos bons, a partir da ação repetida no nosso dia a dia é que podemos atingir a virtuosidade. Isso significa dizer que a virtude moral não nos é dada por natureza. Ela é aprendida através da nossa vontade de praticá-la (a moral como práxis).

## O *dever* kantiano

Para compreendermos melhor as reflexões de Kant sobre o tema, escolhemos começar a falar da moralidade kantiana confrontando-a com a visão de Aristóteles, observando como e onde acontece a cisão entre a moralidade na Antiguidade Clássica e na época Moderna. Ferry (2006, p.17) nos alerta, antes disso, que Kant conseguiu enxergar uma breve diferenciação entre moral e ética diferente de outros pensadores (e escritores como o próprio Ferry) que consideram os termos sinônimos. “Em Kant a moral designa o conjunto dos princípios gerais, e a ética, sua aplicação concreta”, lembra o autor.

Diante disso, podemos dizer que Kant contestou, em sua filosofia moral, os preceitos gregos (e com isso Aristóteles) e também a moral cristã, até então, considerados os dois maiores pensamentos do comportamento ocidental, marcando uma grande ruptura na noção do que seria a virtude. “Se você quiser avaliar o quanto a moral de Kant é revolucionária em relação à dos Antigos, e notadamente à dos estoicos, nada é mais esclarecedor do que verificar a que ponto a definição da noção de “virtude” se inverteu, na passagem de um momento a outro (FERRY, 2006, p. 87). E ainda com Costa (2009, p. 95): “Kant substituiu a busca da felicidade – baseada da ética dos gregos – como princípio da ação moral pela ação calcada na razão”.

Partindo daí, retomamos rapidamente as reflexões do tópico anterior de que, em Aristóteles existia a certeza de um universo ordenado e que cada coisa e pessoa no mundo possuía uma finalidade (uma razão de ser) para conseguir viver bem. E que isso dependia do aprimoramento das próprias aptidões, alcançando assim, a virtude. Dessa forma, a dignidade moral grega está ligada, pois, à questão de sermos virtuosos, mas somente se conseguirmos desenvolver os nossos talentos para atender a nossa própria finalidade cósmica. Portanto, não é difícil entender que seremos indignos moralmente, na visão grega, se não agirmos conforme o universo nos convoca.

O filósofo moderno diz agora que não é a busca pelo desenvolvimento de aptidões naturais que forja a dignidade moral de alguém. Ou seja, Kant assegura que é possível viver bem sem nos preocuparmos em nos “encaixar” na geometria universal da natureza. É neste sentido que o pensamento moderno kantiano vai deslocar o sentido de

natureza humana, se afastando da cosmologia aristotélica para adentrar no próprio homem enquanto ser racional, encarando a natureza agora como a essência dos nossos desejos e paixões sendo a moral a capacidade que tem a nossa razão de evitar ser levada pelos próprios instintos.

Dessa forma, Kant afirma que, o que confere dignidade moral ao homem é, na verdade, a sua boa vontade (e não mais a virtude) em agir corretamente perante si mesmo e os outros. A noção de boa vontade é posta como um dever moral do homem no momento em que faz suas escolhas. Podemos interpretar, pois, da visão de Kant, que aquele que age conforme os seus desejos é escravo das paixões, escolhendo o caminho a favor da própria natureza. O pensador define então, a partir das atitudes humanas, um espécie de “mecanismo” de consulta para saber se a boa vontade da qual estamos falando ganhou aplicabilidade num ato moral genuíno analisando esse modo de agir através do *dever*.

É importante pontuar que essa guinada conceitual nos leva, inevitavelmente, ao entendimento de uma nova condição moral sobre a noção de trabalho, que passa a ser agora um valor em si a ser seguido na Modernidade mudando a ideia de igualdade entre os homens. Sobre essa questão, Ferry (2006) volta a tomar a ética aristocrática dos gregos como parâmetro para este conceito no mundo Moderno, pois na lógica cósmica aristotélica das finalidades e aptidões dos seres, cada homem apresentava talentos em graus maiores ou menores, portanto, a relação humana na época de Aristóteles era reforçada pela desigualdade.

Vivia-se, pois, numa “hierarquia natural dos seres, mas que também insiste em fazer com que os melhores fiquem “no alto”, e os menos bons, “embaixo”. Se, ao contrário, situa-se a virtude não mais na natureza, mas na liberdade, então todos os seres se equivalem, e a democracia se impõe (FERRY, 2006, p.89).

## **A vocação weberiana**

É com Weber que os horizontes sobre o comportamento ético dentro da política se expandem em nossa pesquisa, pois este pensador investigou a fundo as estruturas sociais, políticas e econômicas não só da Alemanha, de onde era natural, mas de vários países. Do ponto de vista da ética, Costa (2009, p.192) considera Weber um neo-



kantiano que relativizou a noção de imperativo categórico, conseguindo “criar categorias capazes não de justificar, mas de sustentar, do ponto de vista normativo, comportamentos tão díspares quanto questionáveis por parte de qualquer político”.

Ou seja, Weber analisou o fazer político de um ponto de vista trágico, já que no exercício do poder era preciso tomar decisões difíceis e até imorais para manter a governabilidade e um destes atos era a tomada de decisão pelo uso da violência de Estado, uma das grandes características desta instituição, para Weber, além da burocracia.

O pensador constatou, no século XIX, que os partidos estavam se transformando em grandes máquinas burocráticas que não conheciam constituição nem leis (Weber, 2013), e por isso, com o forte desenvolvimento da estrutura partidária percebeu a proeminência de novos personagens e desdobramentos no âmbito político, especialmente, com a presença dos chamados políticos profissionais. Estes últimos, conforme Weber, vivem “da” política e não “para” a política, o que marca uma das primeiras questões éticas da sua discussão sobre a existência de um “governo de funcionários”, ainda sem a presença de um verdadeiro líder carismático.

“Tão logo as massas não possam ser tratadas como objeto puramente passivo de administração, então democratização e demagogia tornam-se inseparáveis” (WEBER, 2013, p. 26). A noção, pois, da demagogia irá nos ajudar a entender a relação, portanto, com a questão da paixão no discurso político, porque é através do uso da demagogia que é capaz o líder político, na democracia moderna, conquistar a confiança e fé das massas na sua pessoa.

Outra característica da ética weberiana na política é que o verdadeiro líder carismático confia na fé e devoção, por parte das outras pessoas, no seu caráter (*ethos*), para a manutenção do governo. Um governo sem um verdadeiro líder, diz Weber, é um governo repleto por políticos profissionais sem vocação. Debater a questão do *ethos* em Weber é entender que ele fala das qualidades interiores necessárias para o líder carismático, ou seja, que vive “para” a política e não em função dela, não dependendo dessa prática para sobreviver economicamente.

Neste sentido, Weber propôs três prerrogativas importantíssimas para a construção do *ethos* ideal de líder, sendo elas: a paixão por uma causa, a responsabilidade nas ações e o que ele chamou de senso de proporção, que seria a

capacidade do líder em deixar atuar sobre si as realidades e pressões do mundo político, mas mantendo a temperança no agir frente aos variados interesses. Desse modo, a ideia que nasce é que o tipo ideal de líder não seja coagido pelas instituições, mas pelo compromisso interno que aponta a sua própria vocação (Weber, 2013).

A ética política weberiana sugere que o verdadeiro líder transcende a própria vontade de poder. A ideia de poder, no entanto, é o que baseia a noção de política para Max Weber. Para ele, a política tem a ver com a busca por poder dos seus agentes diante a possibilidade de participar das instituições, processos e regalias inerentes à máquina pública. É com o poder do Estado em mãos, nos diz Weber, que o líder carismático vai confronta-se com a escolha de dois princípios distintos: a ética da responsabilidade e a ética da convicção.

Na primeira, o político reconhece que, para tomar qualquer decisão, deve considerar as consequências de sua ação ou conduta. Na segunda, o político age conforme acha melhor mesmo ciente das causas negativas que sua atitude pode vir causar. Mas em determinados aspectos, aponta Weber, “a ética da convicção e da responsabilidade não são antagonismos propriamente absolutos, pois elas se complementam e somente em conjunto constituem o verdadeiro homem, aquele que pode ter a vocação para a política” (WEBER, p. 31).

### **Entre dimensões éticas: a batalha do moderno versus o antigo**

O mês de setembro, que antecedeu o pleito eleitoral na Paraíba previsto para o dia 5 de outubro, marcou um enfrentamento ético ainda mais acirrado entre os pré-candidatos, especialmente, porque foi quando os jornais paraibanos começaram a divulgar denúncias e polêmicas que colocavam em xeque a conduta ética e moral tanto de Ricardo Coutinho como de Cássio Cunha Lima. Uma delas, publicada pelo Jornal da Paraíba no dia 4, colocou em rota de colisão o governador e a Assembleia Legislativa da Paraíba.

Com minoria na Assembleia desde o rompimento político com o PSDB, durante um comício realizado no município de Alhandra, na última quinta-feira, o governador Ricardo Coutinho revelou que para ter maioria no Legislativo teria que desembolsar mensalmente R\$ 300 mil para cada parlamentar. “Se eu quisesse, eu colocaria uma ruma de

deputados ali e garantia maioria na Assembleia, que hoje eu não tenho. Mas, eu não vou pegar dinheiro do povo, pegar o dinheiro de vocês, das mães de família, pegar R\$ 300 mil e dar de gratificação para um deputado ser de minha base”, disse Ricardo Coutinho (FARIAS, 2014, p.4).

Ricardo, com essa postura, assume um *ethos* de virtude, na busca de transparecer honestidade pessoal diante uma denúncia grave, de que é adepto de “negociatas” para tocar o governo. A denúncia coloca em xeque o caráter moderno – fruto de uma nova política - edificado por Ricardo em seus discursos, e assim defendido nas aparições dele na imprensa durante os meses de julho e agosto. No entanto, diferente dos outros meses, setembro marca a existência do que o senso comum chamaria de “prova”, quando o Jornal da Paraíba confronta a ética aristotélica de virtuosidade do governador, construída em preceitos de superioridade moral, com as sérias denúncias de deputados estaduais, atestando as negociações espúrias propostas pelo chefe de estado.

Com isso, os adversários mais uma vez denunciam o *ethos* weberiano de Coutinho o associando a uma ética de convicção, que significa tomar atitudes sem considerar as consequências nefastas de sua ação, apenas visando atingir o seu objetivo. No caso em questão, Coutinho estaria ‘negociando’ apoios na ALPB por meio de trocas de favores com dinheiro público para alguns deputados, mas visando a aprovação de projetos que fossem para o bem da Paraíba.

Sobre esse dilema, Weber diz que nenhuma ética do mundo pode contornar tal problema e nem a probabilidade das suas consequências deixar incólume quem a praticou. Neste caso - se veio mesmo o governador a utilizar esse tipo de ética política - Ricardo viu o produto de suas próprias ações voltando-se contra ele mesmo e tratou logo de rebatê-las. Em sua estratégia de defesa, o governador evidencia que teve a oportunidade de vir a praticar a ‘negociata’ denunciada por Mineral, mas nunca fez parte disso para não ferir seus princípios e o bem comum.

Coutinho é aristotélico quando se coloca dessa forma, pois constrói sobre si uma imagem de autocontrole diante a “tentação”, o que reflete temperança e equilíbrio sintonizando Ricardo à lógica mediana de Aristóteles onde o homem virtuoso não peca nem por falta, nem por excesso. A falta, no caso de Ricardo Coutinho, recai no vício de aceitar o jogo de troca de favores perpetuando conchavos escusos entre o governo e a assembleia. Já o excesso está na conduta truculenta de uma gestão disposta a agir com

violência para ver seus planos aprovados pelo legislativo a todo custo, o que pressupõe uma conduta totalitária. Ambas as analogias, que vemos como “tentações” do meio político, prejudicam o interesse público. Evidencia-se o poder da razão que evita que o governador seja compelido a agir pela emoção das pressões dos deputados.

Além disso, Ricardo volta a assumir o tom kantiano contra a mentira partindo em busca de uma ética – que como propõe Kant – tem no seu imperativo categórico a obrigação absoluta de praticar a verdade, mesmo em situação que essa verdade lhe coloque em conflito com o *habitus* vigente. Neste caso, a perpetuação de um costume moralmente condenável na intenção de se conseguir maioria em votações faz Ricardo defender um discurso baseado no *dever* moral de não trair o povo mantendo a coerência de lutar contra a política de “balcão de negócios”. E por isso, o socialista se põe como vítima da própria postura moralmente virtuosa que o levou a ter minoria na Casa Legislativa.

O Correio da Paraíba investiu, por sua vez, numa pauta mais propositiva no início de setembro, cobrindo carreatas e discursos em comícios realizados pelos candidatos em vários municípios. Na edição do dia 1º de setembro, o Correio expõe o otimismo de Ricardo e Cássio nessa caminhada. Nota-se que a estratégia discursiva de ambos, no palanque, busca reproduzir o *ethos* de trabalho e vontade de mudança construídos durante os meses de julho e agosto, mas com algumas novidades:

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB), candidato da coligação ‘A vontade do Povo’, participou, ontem à tarde, de uma carreata no município de Bayeux. “Estamos percorrendo várias cidades da Paraíba e por onde passamos sentimos o entusiasmo da população. O povo paraibano tem mostrado que quer mudar o atual jeito de governar”, disse o senador, durante comício relâmpago em Bayeux. (...) Em cada município, Ricardo Coutinho destacou investimentos realizados durante mais de três anos de sua administração e voltou a criticar os candidatos que fazem da política o que classificou de balcão de negócios. Em sua passagem por São Sebastião de Lagoa de Roça, Ricardo disse que política paraibana precisa continuar se desenvolvendo, recebendo obras e serviços em todos os municípios. “Espero que no dia 05 de outubro a Paraíba faça justiça ao trabalho realizado durante os últimos três anos”, comentou durante discurso (SANTOS, 2014, p. A3).

Com isso, é possível compreender que Ricardo novamente assume um tom kantiano-aristotélico, mas sob uma nova estratégia que impõe um deslocamento ainda não verificado nas matérias analisadas. Verifica-se uma inversão na tática discursiva do governador que, ao dizer que espera que a Paraíba lhe faça “justiça pelo trabalho realizado” cobra coerência não de si mesmo, mas da população imputando ao povo a responsabilidade ética de votar em quem assumiu uma postura a favor do bem comum.

Reverenciar um gestor - mediante o voto - pelo trabalho de três anos é, pois, aderir a uma ética de valorização da dignidade humana. Ricardo volta a apelar, dessa maneira, para a racionalidade dos eleitores no sentido de que, baseado na razão, a população reconhecerá naturalmente quem mais trabalhou pelo desenvolvimento da Paraíba.

Na outra ponta, Cássio Cunha Lima inaugura um discurso voltado mais para emoção do eleitorado ao exortar o “entusiasmo” do povo diante a sua candidatura, o que poderia denunciar uma contradição conceitual entre o discurso e o slogan do tucano, já que a “vontade do povo” não pressupõe voto passional. Na etimologia, entusiasmo deriva do grego *enthousiasmós* que designa aquele que está *entheos*, ou seja, em Deus. Significa que se possui Deus dentro de si mesmo (en + theos).

Aristóteles reflete que estar entusiasmado é deixar-se afetar por uma emoção passageira da alma. Ou seja, um estado psicológico de arrebatamento que culmina num impulso estimulado por fatores internos ou externos a quem sente. Agir com entusiasmo é estar motivado por uma afecção divina (*páthos*) que afeta não só o lado racional, mas diretamente a ética, a qual tem no entusiasmo o motor da ação prática. Da forma colocada por Cássio, entende-se que a população foi tomada por uma afecção positiva ao vê-lo nas ruas em carreatas, energia que teria poder de influenciar diretamente na vontade racional do povo durante a escolha do candidato no dia da eleição.

Na edição de 6 de setembro, o Correio da Paraíba pautou uma adesão a Ricardo Coutinho. Neste caso, o apoio partiu de uma peemedebista, a deputada estadual Tatiana Medeiros, que tem inserção na base eleitoral dos Cunha Lima, Campina Grande. Em sua justificativa, a parlamentar deixa claro que pretende com isso se antecipar ao segundo turno das eleições, vislumbrando um possível apoio do PMDB de José Maranhão ao palanque socialista para derrotar Cássio. Ricardo festejou a adesão alfinetando seu principal adversário:

O governador Ricardo comemorou a adesão e disse que Campina Grande precisa diversificar as suas lideranças políticas. Ele revelou que irá trabalhar para que a peemedebista consiga se eleger. “O meu trabalho meu compromisso com ela é fazer com que a cidade tenha uma representante na Assembleia do Estado. É uma médica, independente, com capacidade de dar aquilo que eu chamo de choque político nesta cidade que está acomodada. Ela vive em função de três famílias e isso não é bom para Campina Grande e nem para o povo”, declarou (BRITO, 2014, p. A3).

Com esse discurso, Coutinho pinça uma ética política marcada pelo imaginário coronelista que predominou na Paraíba. Ao dizer que Campina Grande “precisa diversificar” suas lideranças, o jornal denuncia a concentração de poder nas mãos de um grupo que, eleição pós eleição, se perpetua à frente do comando político da cidade, o que na verdade, é uma estratégia de ataque à hegemonia do clã Cunha Lima naquela região. Assim, Ricardo alerta que sua missão é eleger pessoas “independentes” a esse ciclo vicioso e arcaico. Coutinho prega, com isso, uma ética de ruptura contra um regime que privilegia uma espécie de ‘aristocracia’ política em Campina.

Da carga simbólica presente neste discurso, é possível extrair uma dialética conjuntural que expõe o confronto entre duas éticas: a racionalista kantiana – defendida com apelo aos valores modernos pelo chefe estadual; e a ética cosmológica aristotélica – atribuída implicitamente a Cássio pelo governador sob a áurea da Antiguidade. Do ponto de vista filosófico, a crítica a uma Campina Grande “acomodada” politicamente e que vive “em função de apenas três famílias” representa o ataque a uma ética de manutenção de privilégios comum à aristocracia da Grécia Antiga onde apenas uma casta social participava das decisões políticas da cidade.

O “choque político” defendido por Coutinho é a busca por uma dialética do *habitus* no sentido que se abram brechas e fendas dentro de uma estrutura cristalizada e dada como própria da natureza política de Campina Grande. É justamente esse caráter natural da manutenção de privilégios que justifica o discurso de rompimento com antigos valores. Apoiar Tatiana Medeiros soa como uma contestação à ética cosmológica impregnada na cultura política de Campina, onde uma cidade inteira vive à mercê da atuação apenas de “três famílias”. Ricardo aponta para um cenário de concentração de poder que ganhou força de tal maneira durante o percurso histórico da

cidade, que praticamente “acomodou” o senso de liberdade e, portanto, de contestação dos cidadãos.

Mas o debate com base em acusações de conduta ética, ora sob o olhar de valores modernos ora de atraso, não foi só uma prerrogativa do discurso de Ricardo Coutinho contra seu adversário. Cássio Cunha Lima também vestiu-se de um *ethos* de modernidade para atacar o adversário, fato registrado na edição de 21 de setembro do Jornal da Paraíba:

Ocorre que passados quase quatro anos de governo, todos os dados oficiais comprovam a piora da prestação dos serviços básicos à população, e ações prometidas em 2010 não se concretizaram. Ricardo já conhecia a minha maneira de governar e ele me elogiava naquele momento. A Paraíba e eu não o conhecíamos e daí está a grande decepção das pessoas, por ele ter feito no governo, práticas absolutamente atrasadas e diferentes daquilo que ele defendia. O atual governador desrespeitou a autonomia da UEPB, brigou com as mais diversas categorias profissionais, não procurou interagir com os demais Poderes, perseguiu servidores públicos e criou conflito até com a imprensa. Enfim, o Ricardo de 2010 poderia ser o mesmo de 2014, mas não foi o que se apresentou à Paraíba naquele ano, quando ele dizia que iria implantar práticas republicanas de governo e o que menos se viu até agora foi esse republicanismo que iludiu os paraibanos em 2010 (BARBOSA, 2014, p.4).

Aqui, Cunha Lima justifica os motivos que o levaram a julgar a ética política do governador como sinônimo de atraso a partir de ações já debatidas em análises anteriores: perseguição, traição aos anseios do povo, despreparo político para assumir a liderança do Estado, brigas e práticas de governo anti-democráticas. Cássio traz consigo um arcabouço simbólico de imagens que resume o *ethos* de Ricardo Coutinho desprovido de qualquer virtude aristotélica, além de manchar a áurea weberiana do governador como líder vocacionado para política e, por fim, decreta a falência do *ethos* kantiano assumindo por Coutinho com base na moderna noção de trabalho, já que “todos os dados oficiais comprovam a piora da prestação dos serviços básicos à população”.

Assim, Cássio também se coloca na posição de traído, trabalhando o sentido de que Ricardo desvirtuou a política do bem comum que ele havia deixado como legado aos paraibanos em gestões anteriores.

## Consideração finais

Este recorte investigativo observou que a pujança reflexiva de Aristóteles, Kant e Weber venceu as barreiras do tempo influenciando a nossa vida cotidiana até os dias de hoje. Compreendemos, com isso, que o debate sobre ética pode se encaixar em diversos contextos emanados no cotidiano.

A noção de ética enquanto caráter foi testada a partir da análise de discursos de ataque e defesa que buscaram construir e desconstruir a imagem de cada oponente. Assim, podemos observar cenários multifacetados em que o mesmo personagem usufruía de várias máscaras discursivas forjando e desconstruindo imagens de si mesmo e dos outros fazendo jus a um jogo de ambivalências simbólicas inerente ao discurso político.

De um lado, foi possível perceber ora um Ricardo Coutinho weberiano colocando-se em busca de atingir o poder a qualquer custo, em contraponto a um Cássio Cunha Lina kantiano, “salvador dos oprimidos” numa missão de reconciliar o governo com o povo. De outro modo, se apresentou a faceta de um Ricardo aristotélico em favor da busca do bem comum e ao mesmo tempo adepto de uma ética da responsabilidade, imbuído da missão de acabar com um modelo arcaico de se fazer política na Paraíba.

Em outro esquadro, Cássio resgata a noção aristotélica de que a ética, enquanto catalisadora de virtudes através da política, é fruto de um processo contínuo de aprimoramento prática. Dessa forma, justifica o seu discurso de experiência revelando-se um político virtuoso, conciliador, amigo, parceiro do povo e honesto ao ponto de reconhecer falhas em gestões anteriores.

Coutinho também sustentou um discurso kantiano quando defendeu um governo com base na moderna noção de trabalho se colocando contra interesses de uma minoria acostumada com a manutenção de privilégios, cenário típico da época aristocrática da Antiguidade Clássica, onde a ética era baseada numa harmonia cosmológica do seres. Também foi possível investigar a construção da imagem de um Cássio apaixonado por uma causa, condição weberiana de constituição do perfil do líder carismático, tática que apostou num discurso focado em promessas para guiar as massas com apelo à emotividade (*phatos*) do eleitor.



## Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. (Coleção Os pensadores; v. 2). São Paulo: Nova Cultural, 1991.

\_\_\_\_\_. **A ética: textos selecionados**. São Paulo: Edipro, 2015.

BARBOSA, Josusmar. TSE decide por 6 a 1 que Cássio é elegível. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 17 de set. 2014, Política, p.3.

BRITO, Giovannia. Tatiana adere à candidatura de Ricardo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 6 de set. 2014, Política, p. A3.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução à história da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FARIAS, Michelle. MPPB aciona Pâmela e Lúcio Flávio na Justiça. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 23 de set. 2014, Política, p.3.

FARIAS, Michelle. Governo teria 'abafado' apuração sobre propina. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 26 de set. 2014, Política, p.3.

FERRY, Luc. **Aprendendo a viver: filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Coleção Textos Filosóficos. Lisboa/Portugal. Edições 70, 2007.

SANTOS, Mislene. Domingo de campanha na estrada. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 1 de set. 2014, Política, p.3.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.